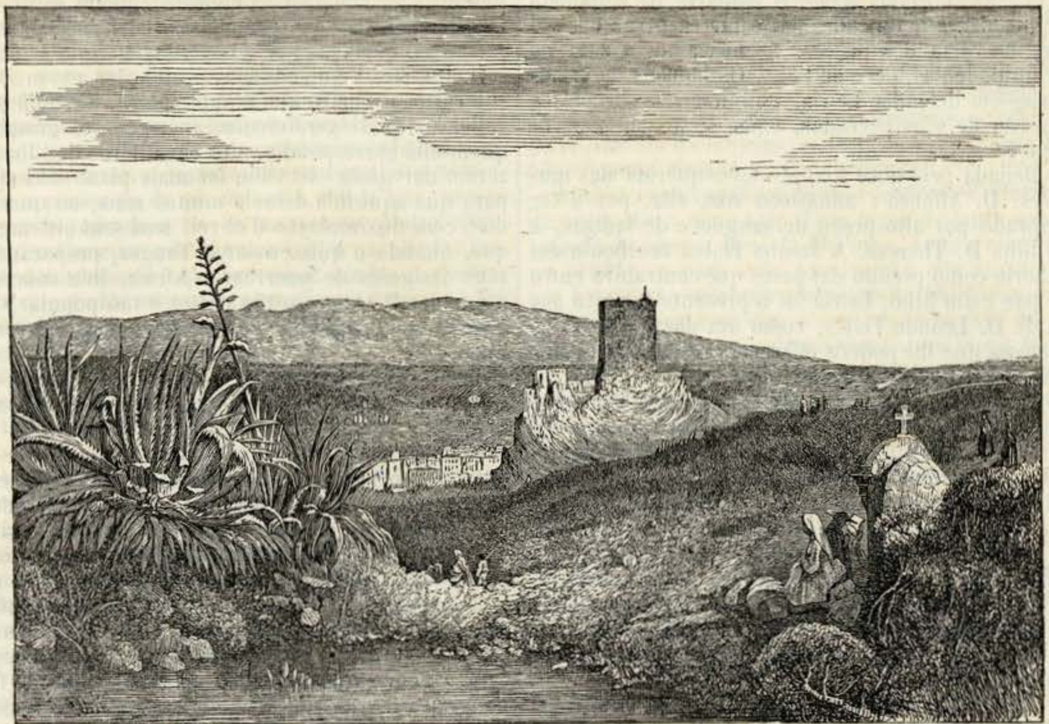


Leiria. — Desenho de Nogueira da Silva. — Gravura de Flora.

Dizem que das ruinas da antiga povoação romana *Collippo*, destruida pelos tempos e pelas guerras, se levantou a moderna Leiria.

No tempo dos arabes é natural que Leiria fosse logar forte, pois lh'a tomou Affonso Henriques em 1135, e n'ella restabeleceu ou fundou o castello, cercando a praça com muralhas, que não impediram que os mouros a ganhassem de novo.

O mesmo rei, para prevenir-se contra as invasões e correrias dos inimigos, que então occupavam Santarem e infestavam os campos até Coimbra, a fortificou; e no proprio monte do castello levantou e consagrou uma egreja a Nossa Senhora da Penha de França, que depois veiu a ser cathedral, doando-a a S. Theotonio, primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, e á sua congregação de conegos regrantes de Santo Agostinho, a quem por muito tempo pertenceu.

Aproveitando-se da guerra que o mesmo rei sustentava com seu primo Affonso VII, de Leão e Castella, caíram os mouros de novo com grande poder sobre Leiria, e a tomaram.

Pouco tempo, porém, se gozaram da posse e do triumpho, porque Affonso Henriques a veiu logo retomar.

Desde então tem Leiria por armas um corvo sobre um pinheiro; e é tradição, que lhe foram dadas, porque tendo o rei arrayal nas alturas proximas á cidade, depois chamadas cabeço d'el-rei, alli na copa de um magestoso pinheiro veiu pousar um corvo, que mal os nossos começaram a dar sobre o castello, gritava e batia as azas como contente, o que foi pelos soldados olhado bom agouro. Redobrando com isso forças, e arremettendo á porta de traição, ganharam a fortaleza.

Outra vez ainda a tomaram os mouros; mas logo Sancho I a restaurou, e lhe deu foral em 13 de abril de 1195.

Por vezes tem os reis de Portugal estado em Leiria. D. Diniz, e a rainha Santa Isabel, sua esposa, lá habitaram no recinto do castello, e n'uma villa proxima, que desde então ha nome de Monte-real. Ao mesmo monarcha se deve a plantação da primeira parte do pinhal chamado de Leiria, tão util em todas as suas relações geraes e particulares, e que, se fosse hoje racionalmente tratado e aproveitado, podia ser um dos mais importantes recursos do estado, a que pertence.

D. João III, de villa que Leiria era, a fez cidade, e obteve do papa Paulo III, em 11 de junho 1545, a erecção da sua cadeira episcopal. A cathedral está no monte do castello onde fôra a egreja da Penha de França: é fabrica sumptuosa, de tres naves, e em bom estado de conservação. O paço do bispo em sitio elevado, é tambem bom edificio.

Leiria jaz na fralda oriental do monte em que está o castello, junto a um valle ameno e fertil, entre os rios Liz e Lena, que, quatro leguas a baixo, vão entrar no Atlantico entre Passages e Paredes. Esta circunstancia faz mui fertil aquella região. A posição da cidade é risonha e saudavel. Entre ella e o rio, ha um bello campo ou rocio, e á beira d'agua, um passeio d'arvoredo para recreio dos habitantes. E no mesmo rocio que manam a fonte chamada quente, e outra com duas bicas chamada grande. A do Freyre fica no monte de Santo Estevão, e a que antigamente chamavam *olhos de Pedro* brota ao pé do monte de S. Miguel, com a particularidade de serem duas nascentes saídas da mesma penha, ambas abundantes, uma d'agua quente, e outra d'agua fria. Sobre o rio ha algumas pontes.

Leiria está vinte duas leguas ao norte de Lisboa. E cabeça de um districto administrativo, com um governador civil. Teve assento nas cortes dos tres estados, e n'ella se celebraram as de 1254, 1376, e 1437.

«Se nos reclinâmos á sombra do castello de Leiria (diz o sr. D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo, a pag. 315 da sua *Estatistica* d'aquelle districto), descobrimos n'elle o baluarte da conquista que nos deu a independencia, e que escreveu o nosso nome na carta das nações. Se buscâmos a data do seu foral, lêmos a era de 1142. Os homens de armas se viessem defender Leiria, obtinham, morrendo, a remissão de seus peccados, como se fossem a Jerusalem!

«Beijada pelo doce Liz, até foi a querida das mulheres. D. Affonso I mimoseou com ella, por a ter comprado por alto preço de sangue e de fadigas, a sua filha D. Thereza. A rainha Isabel recebeu-a em senhorio como premio das pazes que contrahira entre um pae e um filho. Leiria foi o presente deposto aos pés de D. Leonor Telles, como um dos mimos mais preciosos que lhe podéra offerecer em dadiva de amor o louco perdido do coração.

«Muitos dos nossos reis escolheram esta boa terra para *filharem desenfadamentos*. Aqui mandaram crear seus filhos, por fama dos feitos que de si deitava. D. João III rematou adornando-a com a coroa de cidade, e alcançando-lhe o baculo de diocese. Olhando para ella, ainda hoje lhe admirâmos um dos melhores hospitaes do reino, um sumptuoso paço, um recolhimento de educação importante, um seminario utilissimo, e a maior parte d'estes estabelecimentos devidos a um homem, a cujo nome nos curvaremos de respeito, e que saudaremos com a admiração devida ao genio.

«Se nos voltâmos para a direita, damos com o tumulo.... de quem? do marquez de Pombal! [1] Se espantados com este vulto, recuâmos, vamos ter, na Batalha, com o rei, que recebeu o sceptro da soberania do povo, com o conquistador da Africa, descançando entre os seus na capella de familia, onde ajoelharemos deante de um descobridor de novos mundos, deante de um martyr da patria, deante de um regente illustre, deante de um poeta da cavallaria, deante, em fim, de uma rainha respeitavel, que dotou este paiz de uma raça de heroes. Se ainda nos acharmos acanhados, passaremos por um campo, que se chama *Aljubarrota*, e iremos dar em Alcobaça com as cinzas dos reis valentes que nos ennobreceram deante da Europa, e o nosso peito pungir-se-ha ao ver já frios de cinco seculos, mas ainda unidos, os dois corações que juraram amar-se além do tumulo.»

POR CAUSA D'UMA EXCELLENCIA.

COMPETENCIA DA CASA D'AVEIRO COM A DE BRAGANÇA.

(Conclusão.)

INFORME DO CONDE DE PORTALEGRE.

Senhor. — Em materias de menos importancia de officios ou dignidades, sobre que não ha competencia, me fatigo muito, sempre que v. m. me manda votar n'ellas á parte; quanto mais n'esta pretenção do duque d'Aveiro, na qual concorrem dobradas difficuldades, pela importancia, pela qualidade, pelo exemplo, e pela competencia.

Imagino e presupponho (por declarar-me mais) que se engana o duque em dizer, que em certo tempo se deu excellencia ao senhor D. Duarte, e a D. Antonio: e tambem os eguala de mais, havendo entre suas pessoas tão conhecida differença.

Fez-se a D. Duarte esta graça, primeiro que em Portugal se houvesse conhecido aquelle estilo. Começou D. Antonio a pretendel-a com as demais ceremonias, queixando-se das vantagens que se faziam a D. Duarte. Veiu com suas pretenções a v. m., e na sua corte, primeiro que n'outra parte, lhe démos excellencia quasi geralmente, ao menos os grandes a quem ella correspondia, e os cavalleiros que lhe quizeram dar gosto. Isto lhe fez mais plano o caminho para que aqui lh'a dessem muitos mais, ou quasi todos, com dissimulação d'el-rei, mas sem ordem; até que, quando o quiz enviar a Tanger, preparando já seus designios de guerrear n'Africa, lh'a concedeu, e por ser D. Antonio tão cortez e tão popular, e D. Duarte menos agradavel, se tomou bem e se continuou.

Desde então pretendeu excellencia com queixa descoberta o duque de Bragança, mas nunca el-rei D. Sebastião deferiu a ella, e quando D. Antonio tornou da Barbaria, e o duque pretendia o reino, e persistia n'isso tão vivamente e com tanto fervor, el-rei D. Henrique lh'a concedeu para sua pessoa, fazendo-o condestavel. V. m. deu-lh'a depois de juro para sua casa, que foi mercê grandissima, porque como o duque de Bragança, e agora o de Aveiro, e se mais houver, se tem fundado e se fundam no parentesco que tem com os reis, e este com o tempo se diminue até que se desvanece, grande mercê é perpetuar na casa a honra, que por differentes respeitos se fez á pessoa; e d'aqui toma o duque d'Aveiro occasião de justificar o seu pedido pelo que tem ido crescendo a desegualdade, que se começou com o duque passado de Bragança, a qual não ha duvida que a pragmatica dos estilos a faz maior, por se ter convertido o privilegio particular d'aquelle duque em lei universal, que guardando-se com rigor comprehende o mesmo d'Aveiro, e lhe póde o de Bragança pedir a excellencia por pleito.

Tambem cresceu a differença pela instancia que fez o duque de Bragança queixando-se de entrar de lado e de baixo de generalidade na pragmatica, e v. m. lhe concedeu que abertamente se especificasse n'ella o seu nome e sua casa; e se isto der occasião ou ao menos ajudar (como ajuda) a justificar o pedido do duque de Aveiro, póde acontecer ao de Bragança o que a outros, que por estirar demasiado as preeminencias, não se contentando com ter em grão inferior competidores, se a differença não é muito maior, a mesma differença se faz tão odiosa que obriga a fazel-os eguaes. Tudo isto disse, mais porque v. m. conheça o progresso d'esta materia, e conforme ao facto assim relatado determine o que fôr servido, que por fallar n'elle determinadamente, porque em verdade, senhor, não é materia mui propria de votos a que por uns respeitos ou por outros comprehende tanto aos conselheiros, que as partes podiam tel-os por suspeitos.

O conde de Portalegre, meu antecessor, era primo-irmão do duque de Aveiro D. João; e ainda que o parentesco d'elle, que ambos tinham com a casa de Bragança, com o de Aveiro estava um grão mais perto, por outra parte multiplicam as obrigações de tratar desegualmente ambas as pessoas, e tambem causa suspeita de que ajudarão de má vontade a carregar-se d'esta obrigação, os que hão de votar a causa. Mas isto que naturalmente me ha de retirar de multiplicar estes exemplos de desegualdade, me faz inclinar a que v. m. honre o duque d'Aveiro.

Não estou mui certo que os reis fizessem com os duques esta egualdade tão completamente, como o de Aveiro refere, antes penso que n'alguns actos não concorriam para que se não visse que precedia o de

[1] O corpo do marquez de Pombal já foi, depois da epocha em que a *Estatistica* se escrevia, trasladado para Lisboa. Repousa na ermida de Nossa Senhora das Mercês, da casa de Pombal, na rua Formosa.

Bragança, se bem que nas cartas d'el-rei D. Sebastião, para que ambos jurassem, se deveu dar algum meio para o juramento, como o duque aponta. Quando herdou el-rei D. João, dizem que se alterou a precedencia entre o mestre de Santiago e o duque de Bragança D. Jayme, e não valeu ao mestre ser filho de rei, para que não se determinasse a duvida em favor do duque, por ser primo-irmão d'el-rei D. Manoel pelas mães, e propinquo a poder succeder na coroa, havendo faltado a descendencia legitima d'el-rei D. João o II; e desde então tem ganho o de Bragança a possessão da precedencia, ainda que, se não concorrem, não deve haver em que se mostre. Ouvi dizer em Castella que pareceu mal á rainha D. Isabel a determinação, que se tomou contra o mestre, ainda que tinha mais parentesco com o duque. Em respeito ás pessoas que agora vivem tem o duque de Bragança duas vantagens grandes ao de Aveiro. A maior é ser sobrinho de v. m., filho de sua prima-irmã. Tambem a é mui grande proceder sua mãe por linha legitima, porque ainda que ambos os duques são bisnetos de dois grandes reis, mais limpamente descende o de Bragança d'el-rei D. Manoel pela mãe, que o de Aveiro d'el-rei D. João pelo pae; e outras circunstancias de vantagem que o de Aveiro allega por si, ainda que sejam certas e consideraveis, não tem proporção com as duas qualidades acima referidas.

Sem embargo de quanto aqui se diz, póde v. m. considerar, que ainda que o duque d'Aveiro não tenha justiça se a funda em egualdade, poderá tel-a fundando-a em grande desegualdade. Concede-se ao duque de Bragança que se avantaje ao de Aveiro, mas nega-se que possa ser tão grande, como o é, declarar-se por uma lei do reino que não possam chamar por excellencia ao de Aveiro, nem deixar de se lhe chamar a elle, e a todos os successores de sua casa, e que este privilegio e prohibição seja tão solemne, que se mande guardar com penas, e proceda em juizo contra os transgressores.

Inconveniente é grande obrigar o marquez de Villa-Real e outros que dêem excellencia a dois duques, e um ao outro: tambem o é para quando v. m. der aquelle titulo a outra pessoa, que bem o possa merecer por sangue ou por serviços. Leve esta carga ás costas, ou para fugir d'este inconveniente se privem os reis de fazer esta honra a quem a merecer; porém o negocio poz-se de maneira, com se haver dado a excellencia, não só á pessoa do duque de Bragança, mas tambem á sua casa perpetuamente, e com se haver feito e publicado lei que obriga em direito e em justiça a tão grande desegualdade, como se faz com o duque d'Aveiro, que chegada a cousa a este termo me parecem menores os inconvenientes apontados, que o justo sentimento que póde ter o duque; e sou de parecer que se lhe conceda, da maneira que v. m. for servido.

Guarde Nosso Senhor a catholica pessoa de v. m. De Lisboa.... Junho de 1598.

FRANCISCO XAVIER MONTEIRO DE BARROS.

V.

Como já disse, tinha elle ao tempo de sua prisão quasi terminado os estudos preparatorios para ser admittido aos da Universidade. Tratou pois de completal-os, e no anno seguinte de 1796 partiu de Lisboa para Coimbra, onde se matriculou nas faculdades de mathematica e philosophia. Tão boa conta deu de si, que depois de merecer os premios e louvores de seus mestres, nos annos de frequencia, alcançou em 1800 o grão de bacharel formado em ambas as referidas faculdades.

Destinando-se então a seguir a vida universitaria, preparou-se com os annos de repetição, na conformidade dos estatutos, e achava-se prestes a ser doutorado, recebendo gratuitamente o capello, quando a parte que tomou em uma desgraçada pendencia, ou conflicto, suscitado entre os estudantes e os soldados do regimento de milicias, o obrigou a fugir para Lisboa, ficando riscado da Universidade.

Amigos, que curavam de seus interesses, trataram de obter-lhe a nomeação d'um logar de lente substituto da Academia Real da Marinha, vago a esse tempo (1801), e para cujo provimento elle possuia na sua graduação scientifica o requisito indispensavel.

Dirigiu para esse fim o seu requerimento ao governo, pelo ministerio da marinha, bem como os outros pretendentes. Estes requerimentos foram a consultar, segundo o estilo, a uma congregação, composta de lentes da Academia e da Universidade. N'ella teve Xavier Monteiro por si os votos dos professores de Lisboa, Manoel do Espirito Santo Limpo, e Francisco de Paula Travassos, que o propuzeram em primeiro logar. Oppoz-se-lhe, porém, o vice-reitor de Coimbra, José Monteiro da Rocha, que allegou contra elle o facto de ter sido ainda de pouco mandado riscar da Universidade; e tanto valeu para com o governo esta razão, que o candidato ficou excluido, preferindo-se-lhe outro bacharel, Francisco Villela Barbosa, nome depois mui conhecido em Portugal, e no Brazil, sua patria, onde elevado á grandeza com o titulo de marquez de Paranaguá, falleceu cheio de honras e preeminentes distincções em 1846.

VI.

Era ainda n'aquelle tempo encarregado da pasta dos negocios da marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho, transferido pouco depois para os da fazenda. Este ministro, cujos actos foram tão diversamente avaliados por amigos e adversarios, deixou, comtudo, provas irrecusaveis de que lhe não faltavam desejos do bem publico, e do engrandecimento nacional. Decidido protector dos homens de merito, sobrava-lhe discernimento para conhecel-os, e vontade de aproveitar os seus serviços, no que podiam ser uteis ao paiz. Monteiro grangeára a sua affeição, e se não lhe foi possivel despachal-o para o logar pedido, estava comtudo disposto a protegel-o na primeira opportunidade. O joven mathematico lhe apresentou um dia, como fructo de proprio estudo, um escripto, curto sim nas dimensões, mas no qual transluzia ampla e original applicação das mais abstrusas e enredadas theorias da sciencia. Tinha por titulo: *Breve tratado do movimento ellyptico dos Planetas*. D. Rodrigo, bem que versado nas sciencias naturaes e positivas, não o era nas mathematicas, em modo que podesse per si ajuizar do merito da obra. Entregou-a, pois, ao lente da Academia, Travassos, para que, na qualidade de homem competente, a examinasse e interpozesse o seu parecer a respeito d'ella.

O habil professor não tardou em verificar que n'esta producção nada havia que podesse julgar-se da propria investigação de seu pretenso auctor; pois que o assumpto e desenvolvimento eram, em tudo e por tudo, conformes ao que se lia na parte correspondente da *Mechanica Celeste* de Laplace, cujo primeiro volume, com quanto dado á luz tres annos antes (1799), era ainda como que desconhecido em Portugal. O plagiato ficava para logo demonstrado, ainda que Monteiro insistia em o negar; mas quem de boa fé queria persuadir-se da concurrencia fortuita e casual de idéas, que na essencia e exposição appa-

reciam identicas, entre o já consummado mathematico francez e o novel geometra portuguez? [1] Travassos informou da verdade a D. Rodrigo, como devia; porém o ministro nem se deu por offendido, nem julgou que o caso valesse a pena de retirar a Monteiro as suas boas graças. Ao contrario, mandou estampar-lhe o folheto na typographia régia, e consentiu-lhe que o publicasse como seu. Conta-se que um dia, dizendo elle a Monteiro, «que lhe reconhecia muito talento, porém nenhum juizo» aquelle redarguiu promptamente: «N'isso me faz v. ex.ª grande favor; porque ha muitos, que me negam uma e outra cousa!»

VII.

Por alvará de 9 de junho de 1801, achavam-se creados os logares de cosmographos em todas as comarcas do reino. Deviam estes, em desempenho de suas funcções, não só levantar a carta topographica geral de suas comarcas, e as particulares de todas as villas e concelhos n'ellas comprehendidas, mas as de quaesquer propriedades rusticas ou urbanas contidas n'essas villas e concelhos. Deviam formalisar egualmente um livro, que servisse de registo geral, onde se descrevessem os titulos de cada uma das ditas propriedades, que seus actuaes e futuros possuidores seriam obrigados a apresentar. Estas providentes disposições tendiam nada menos que á organisação regular do cadastro geral do reino, feita á similhança do que já se praticava nos paizes mais adiantados da Europa, posto que não com o mesmo fim; pois estabelecido n'aquelles para servir de base ao systema tributario, tomava-se por então em Portugal como meio de verificar a quem pertenciam as propriedades, e de resolver as questões forenses, a que a posse dava frequentemente logar.

A subsequente retirada de D. Rodrigo do ministerio, occorrida (se bem me lembro) a 31 de agosto de 1803, levando comsigo o genio activo e emprehendedor do ministro, annullou ao menos de facto estas disposições, que a invasão franceza e suas consequencias fizeram desapparecer de todo. Já em 1807 se não descobrem nos *Almanachs de Lisboa* vestigios alguns da existencia dos cosmographos. E, comtudo, é certo que estes chegaram a ser nomeados para diversas comarcas, contando-se entre ellas as de Setubal, Tavira, Santarem, Guimarães, Evora e Elvas. O primeiro, talvez, dos nomeados foi Francisco Xavier Monteiro, a quem o ministro deixou (diz-se) a liberdade de escolher para si a comarca que lhe aprouvesse. Elle preferiu a de Santarem, e n'essa conformidade se lhe expediu o titulo competente. Ainda ignoro se chegou a encetar algum trabalho, em desempenho das funcções do seu cargo; mas julgo provavel que não, attento o que fica referido.

VIII.

Communidade de idéas, e amor ás letras, tinham valido a Monteiro o trato e amizade de alguns distinctos contemporaneos, que, como elle, vieram depois a tornar-se conspicuos nas lides parlamentares dos annos de 1821 e seguintes. Entre estes, vivia na maior intimidade, com o medico Henrique Xavier Baeta, e com o lente de mathematica Francisco Simões Margiochi, em cuja casa assistiu habitualmente por alguns annos, com familiaridade de irmão. Cultivavam todos a poesia como divertimento, e para desenfado de occupações mais serias; e varios folhetos publicaram em commum (posto que anonymos) depois da expulsão dos francezes em 1808, contendo versos allusivos ás circunstancias da epocha, parte

[1] É curioso de ver o que a este proposito se lê no *Molim Litterario* de José Agostinho, tomo I, pag. 234 a 237 da edição de 1811.

dos quaes não parecem ainda agora distituidos de merito.

Já anteriormente, em 1805, Monteiro compozera e dedicára ao seu amigo dr. Baeta o *Hymno ao Sol*, peça que então mereceu notaveis applausos do publico. N'este pequeno poema lyrico apparecem na verdade alguns trechos e pensamentos, que denunciam ter sido colhidos na leitura do *Paradis Lost*; mas tão habilmente aproveitados, e refundidos com tal destreza, que na opinião de avaliadores competentes, andaria mui injustamente quem pretendesse impôr ao poeta portuguez o ferrete de plagiario. [1]

Quasi pelo mesmo tempo, certo motivo de queixa que houve da parte de seu irmão mais moço, occasionou a composição do *Hymno á Amizade*, que elle não quiz todavia imprimir em separado. [2]

Formára tambem o projecto de escrever e publicar um ensaio, ou estudo philologico-critico, em que intentava expôr e analysar comparativamente as bellezas dos melhores poetas classicos antigos e modernos. Para esse fim começou a traduzir em versos portuguezes os trechos que mais adequados lhe pareceram das obras dos ditos poetas. Quando, porém, levava esta empreza já adiantada, descontente do trabalho feito, abriu mão d'elle, abandonando de todo o seu proseguimento. Em poder do sr. Manoel Bernardo Lopes Fernandes se conservam os borrões autographos das traducções assim encetadas, que o mesmo senhor teve ha pouco a bondade de confiar-me. Ahi se encontram varias amostras e episodios vertidos de Homero, Virgilio, Tasso, Pope, Ariosto, Voltaire, etc. etc.; mas devo confessar que o merito d'estas versões, apenas esboçadas, não me parece elevar-se além da mediocridade. O mesmo poderia dizer, talvez, a tel-os visto, de uns ensaios de tragedia, que, segundo consta, Monteiro escrevera originalmente pelos tempos de que vou tratando, ou annos depois; e dos quaes hoje se ignora que destino levassem, ou onde param, se é que elle proprio os não inutilisou e destruiu, em algum momento de dissabor, como parece fizera por vezes a diversos trabalhos seus, julgando-os muito inferiores, quando severa e pausadamente os examinava á luz da critica, depois de esmorecido o fogo da composição.

O caracter de Xavier Monteiro era em demasia propenso a taes singularidades. Amador apaixonado das bellas-artes, e com especialidade da poesia, detestava os encantos da musica, que para elle nada mais significava que um composto de sons sem idéas, e cujo exercicio só achava proprio para embotar as faculdades intellectuaes dos que se lhe affeiçoavam. Quanto differia n'esta parte o seu juizo do de outro distincto contemporaneo, como elle deputado ás cortes constituintes, e egualmente formado em mathematica, Rodrigo Ferreira da Costa, de quem talvez haverá ainda occasião de tratar na serie d'estes apontamentos!

Entre varias anecdotas caracteristicas, que a seu respeito me foram contadas por pessoas que com elle conviveram, não é para desprezar a seguinte, que relatarei sem mais commentos, que os leitores poderão fazer como lhes aprouver. Tinha Monteiro contrahido um casamento, ao que parece de mera inclinação, e no qual não intervieram especulações de interesse. Como por qualquer motivo não achasse conveniencia em tomar casa propria, conduziu a nova esposa para

[1] Este *Hymno* foi primeiro impresso em Lisboa, na officina de João Rodrigues Neves, em um folheto de 8.º, que é hoje raro. Acha-se, porém, successivamente reproduzido no *Investigador Portuguez* n.º XXIII; no *Jornal de Coimbra* n.º IX (ahi sem o nome do auctor); na *Bibliotheca familiar e recreativa*, vol. VIII, n.º 22; e não sei se em mais alguma parte.

[2] Só veiu a publicar-se passados annos, no tomo III pag. 43 da *Collecção de Poesias ineditas dos melhores auctores*, sem indicação do seu nome. Elle o alterou depois em alguns versos, por occasião da sua nova prisão em 1815, de que fallarei adiante.

a de Margiochi, com o qual n'esse tempo vivia. Acontece que no dia immediato ao do noivado encontra na rua um sugeito seu amigo, que o convida para irem juntos passar alguns dias em Santarem. Annuiu promptamente o nosso recem-casado, e partiu d'alli sem mais cuidados. Ao fim de oito dias de demora, voltou para Lisboa, e apresentou-se em casa, onde o seu destino era ainda de todos ignorado. Este procedimento era (dizia elle) uma lição, com que ensinava a sua mulher, que devia perder a esperança de o dominar pelo tempo adiante!

(Continúa). INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA.

CONDE DE CAVOUR.

Foi pelo jornalismo que Camillo de Cavour, filho de um negociante da comarca de Niza, (onde tambem nascera Garibaldi) começou a sua carreira civil.

Il Risorgimento fundou-o elle. N'elle tratou as mais altas questões economicas, e revelou a sua grande capacidade.

Carlos Alberto dera cartas de nobreza a seu pae; mas isso não fez Camillo menos amigo da causa da liberdade, e da justiça do povo.

Depois da infeliz batalha de Novara, em 1849, foi eleito deputado.



Cavour. — Desenho de Nogueira da Silva. — Gravura de Coelho.

Entrando no ministerio, em 1851, nas pastas do commercio, agricultura, e fazenda, pôde conseguir reparar os desastres que o Piemonte acabava de experimentar; e no meio dos combates, que para isso teve que sustentar com todas as facções, conciliou um grande partido, e uma forte maioria parlamentar, com que pôde governar e vencer os estorvos que lhe punham os adversarios politicos.

O moto de independencia e união da Italia, que inspirou sempre a sua politica, levou-o a associar o Piemonte á França e á Inglaterra, na guerra do oriente, para merecer, n'outra questão mais proxima, o seu apoio. Mais tarde, para conseguir o mesmo fim, fez á Russia concessão de um porto de mar no Mediterraneo.

Logo que foi chamado aos conselhos da corôa, manifestou duas grandes qualidades raras em todos os tempos, mas hoje preciosissimas. A sua vontade, era intelligente e energica; a sua perseverança, era inquebrantavel.

Si vis potes. Quiz e pôde.

As perturbações que agitavam a Italia, as complicações em que estava a maior parte da Europa, foram-lhe parte para tirar proveito de tudo, a favor do Piemonte. As instituições liberaes d'este estado seduziam o resto da Italia: a Austria receava com razão.

Os animos descontentes voltavam-se para quem lhes dava tão grande exemplo e apontava tão glorioso caminho. As disposições já manifestadas em 1848 e 1849 para a constituição de um grande reino na Italia septentrional, desenvolveram-se. Todas as opiniões olharam para o Piemonte como para o nucleo natural da nova combinação politica.

O Piemonte pôde então rivalisar com a Austria, e ser rival feliz. Depois da guerra russo-turca, apesar da opposição austriaca, foi admittido ao congresso das grandes potencias europeas, para estipular as condições da paz. Os velhos diplomatas espantaram-se. Os plenipotenciarios de Victor Manuel levaram a palma,

em sagacidade e influencia, aos de Francisco José. A questão italiana, já tão ameaçadora, foi alli exposta. Cavour triumphava.

Depois do encerramento do congresso de Paris, o primeiro ministro da Sardenha não deixou um unico dia de tirar partido das vantagens que alcançára. O seu comportamento attrahira-lhe as sympathias geraes dos italianos, sobejamente comprovadas nas subscripções voluntarias com que concorreram para a fortificação de Alexandria.

A dominação da Austria tornou-se então intoleravel á Italia. O armamento d'aquella cidadella motivou o seu protesto, o rompimento das relações diplomaticas entre os dois paizes, e por fim, a guerra que acaba de suspender-se, para talvez recomeçar com mais força em tempo não mui remoto.

O grande plano que Cavour tinha imaginado, as grandes esperanças que concebera de ver engrandecido o seu paiz, não se cumpriram senão em parte minima. Successos imprevistos entorpeceram a marcha da sua obra, trouxeram uma paz impolitica e sem esteios, e o desgostaram, e desgostaram a opinião italiana.

Todo o mundo conhece e faz justiça aos principios geraes da sua politica, á escolha dos seus meios de acção governativa, á sua sagacidade no trato dos homens e na gerencia dos negocios, ao seu talento oratorio, ao seu apego e fidelidade ás instituições liberaes. Era o representante mais sincero e eminente do governo constitucional.

Lamartine, que advoga a causa da independencia da Italia, e de todas as independencias; Lamartine, membro do governo provisorio da republica franceza de 1848, que para a conquista da liberdade, a todos os povos offerecia o concurso da França, discorda do conde de Cavour no modo de encarar a solução da questão italiana.

Ainda agora acaba de escrever as seguintes linhas:

« A confederação é o unico modo da futura independencia italiana, porque deixa a cada uma das tão diversas e tão justamente soberbas nacionalidades da peninsula, o seu nome, a sua capital, os seus costumes, a sua lingua, a sua dignidade, o seu peso individual n'aquelle todo. A conquista e unificação feitas pelo Piemonte não passam de um sonho. Não é o Piemonte que é preciso augmentar, é a Italia que é preciso constituir livre e diversa como a constituiu a natureza.

« . . . . Não é com a casa de Saboia que a França deve fazer alliança offensiva e defensiva, é com a Peninsula toda inteira. Então tereis libertado a primeira raça de homens da terra, para attestar ao provir o reconhecimento do mundo á Italia, *alma parens;* e a vossa obra subsistirá, porque a Italia inteira terá parte n'esta nova liga dos Acheus. . . . A Italia quer obedecer a si mesma. . . . Só uma confederação livre deve ter nas suas mãos collectivas o sceptro da Italia. . . . » [1]

O tempo dirá quem tem razão, e maior don de prophecia.

Cavour acaba de retirar-se, pesaroso, dos negocios publicos.

As forças revolucionarias da Italia, que tinha sabido disciplinar, reapparecerão talvez na sua ausencia, para dar novos pretextos á tyrannia.

O Piemonte ha de custar-lhe, nas difficeis circunstancias politicas em que agora está, de prescindir do conselho de Cavour.

A Italia, descontente hoje, talvez amotinada ámanhã, não poderá nunca deslembrar-se do conde de Cavour, que representa a emancipação de um grande povo.

[1] Lamartine — COURS FAMILIER DE LITTÉRATURE, LXII entretien: *Vie et œuvres du comte de Maistre* (pag. 470).

A MULHER

NAS DIVERSAS RELAÇÕES DA FAMILIA E DA SOCIEDADE.

(Paginas vertidas dos *Apontamentos para um Livro*, de D. Severo Catalina).

IX.

A POBREZA.

I.

Os homens da actual geração transigem com o caracter das mulheres, com a sua vaidade, com os seus defeitos; porém, não transigem com a sua pobreza. É esta uma verdade que não honra muito a geração presente; porém, é uma verdade incontestavel.

Em vão se afadigam os politicos e os homens de estado por descobrir as causas do malestar que afflige as sociedades modernas.

A altura a que elevam as suas investigações, impede-lhes ver a realidade porque anhelam.

Quando sacudam da maior parte da mocidade o espirito mercantil que a devora; quando deixem cair o estillicidio das boas maximas no seu coração enfraquecido e abrazado; quando façam germinar n'elle o que lhe falta de illusões, e obliterar totalmente o que lhe sobeja de calculo, então mudará o aspecto da sociedade.

Na metade do seculo XIX não são já os exercitos nem as conquistas os meios de civilisar as nações e acrescentar a sua legitima influencia.

A esses meios violentos succedeu outro em extremo tranquillo e deleitoso — a educação.

Fallar muito de uma virtude, é quasi sempre indicio de que se pratica pouco.

O pharisaismo tem sido em todos os tempos identico.

O abuso que hoje se faz da palavra *educação*, é tristissima prova do descuido deploravel que n'este ponto se observa.

Assim como as faculdades physicas se desenvolvem ordinariamente á custa das intellectuaes, e viceversa, assim, em determinados momentos, o credito da *palavra* só póde alcançar-se á custa do credito da obra.

Por isso, quando entre certas gentes, se falla de educação, entre outras de virtude, e entre outras de consciencia, commemorâmos a felicissima expressão de um grande homem, que chamava a esses declamatorios « torrentes de palavras n'um deserto de idéas. »

Se hoje o desinteresse e a abnegação, a generosidade e o desapêgo que vagam por todos os labios pagassem alguns centesimos sequer de contribuição, os cofres do erario se enriqueceriam fabulosamente.

Porém, se essa mesma contribuição se impozesse ao desinteresse e á abnegação, á generosidade e ao desapêgo, é provavel que o estado não arrecadasse nem para o ordenado homœopatico de um mestre de eschola.

Liguemos as idéas. O systema homœopathico applicado aos mestres de eschola, produz uma educação homœopathica.

E o systema das doses infinitesimaes, que applicado á saude, dizem que não cura, applicado á educação, mata indefectivelmente.

Para a vida da alma, para os gozos legitimos do homem honrado, estão mortos esses corações que só pulsam ao som do metal.

Desgraçada mocidade a que resume toda a sua sciencia na arithmetica; a que unicamente sabe *sommar* e *diminuir!*

Ao fallar de uma mulher, perguntavam os nossos avós: «é honesta?»

Os nossos paes costumavam já perguntar: «é formosa?»

Os mancebos da actualidade perguntam simplesmente: «é rica?»

Aos nossos avoengos parecia-lhes impossivel prescindir da honradez.

Os nossos paes não transigiam muito com a fealdade.

A geração de hoje não concebe que possam equiparar-se a formosura e a pobreza.

Ao fallar de formosura, entenda-se a necessaria para levar até ao casamento.

Portanto, essa parte da mocidade não é tão miope da vista corporal como da vista do coração; e sabe muito que existem bellezas pobres em que a natureza quiz exhaurir o thesouro das suas graças.

Porém, como o thesouro das graças não póde tirar de apuros, a mocidade renuncia ao titulo de posse legitima.

Isso não tira para que aproveite toda a opportunidade de transformar as bellezas pobres em *pobres bellezas*.

II.

As indicações, que relativamente aos homens de hoje, acabâmos de fazer, não são de todo inapplicaveis á mulher.

Era quasi impossivel que o contagio lhe perdoasse, e não lhe perdoou.

As mulheres, ás quaes apenas ensinâmos a ler e a escrever, aprendem só a contar; tambem sabem arithmetica.

Porém a arithmetica das mulheres é ainda menos sympathica do que a dos homens, e muito menos exacta.

Dada a propensão a calcular, as mulheres calculam mal quasi sempre.

Nos tempos de Juvenal não havia nada mais intoleravel do que uma mulher rica: *intolerabilius nihil est fœmina dives*.

Se hoje vivesse Juvenal, é de presumir que não se arrependesse do seu dito.

Quando a mulher se convença de que, se o homem é honrado, não ha de amal-a pelo seu capital, e se não é honrado, compra ella com o proprio capital a sua desventura, aprenderá a desprezar o capital.

Dizem que algumas mulheres fundam o seu orgulho nas riquezas que possuem.

Póde ser que não seja verdade: não é tão humilde a mulher como tudo isso.

Não faz nenhuma mulher aos bens materiaes a honra que dispensa á sua formusura e á sua discrição.

Se a faz, com effeito, não se qualifique de orgulho o que é só fatuidade.

O amor e a pobreza não são bons amigos; todos repetem esta especie de aphorismo.

Amante que não póde dar senão suspiros, só póde ser pago em esperanças.

Esta vulgaridade parece-se muito áquell'outra dos tempos de Plauto, quando se dizia que as mulheres tem sempre os olhos nas mãos.

Ou á outra, de todos os tempos antigos e modernos, que consiste em reconhecer como unicas fontes do amor, a presença, o talento, ou a posição.

Mesquinha idéa tem do amor as que de tal maneira se atrevem a limital-o.

Se o amor que brota dos dotes physicos está pendente de um cabello, e o que desponta do talento, pendente de uma necedade, das mil que dizem os sabios, o que nasce da posição não está pendente de cousa alguma; está na apparencia, como se acha tudo na sociedade actual.

O amor de pobre a pobre expõe-se a ganhar e não se expõe a perder; o amor de rico a rico expõe-se a perder e nunca a ganhar; o amor de rico a pobre e vice-versa, sómente ganhará se se nivellar com o talento e a honradez a differença que estabeleceu a casualidade.

O amor e a avareza não são bons amigos: eis-aqui um aphorismo verdadeiro.

O amor faz mais prodigos do que avaros: tem razão mad. de Scuderi.

O amor não póde nem deve offerecer senão amor: quem por sua intervenção se proponha obter outra cousa, não é digno de ser amado.

É a pena mais horrivel que póde cair no coração de um mortal.

Bemaventurados os pobres, porque d'elles é o reino do amor.

Bemaventurada a pobreza, porque tem sido a mãe dos genios.

Fallâmos da pobreza honrada, nobre, e christã.

De que serve a riqueza ao coração, se com todo o ouro da Australia não póde comprar-se um atomo de amor?

Em frente do amor não ha pobres nem ricos, nem existe o ouro, nem os adornos ficticios, por

que solo iguales el amor conoce.

(*Continúa*).

BRITO ARANHA.

REINADO DE D. PEDRO II.

(Fragmentos).

CORTE DE PORTUGAL EM 1692.

Não será ocioso dar em breves traços idéa das circunstancias moraes e politicas das pessoas que n'esta epocha compunham a corte, ou, mais directa mais indirectamente, tinham n'ella influencia.

Os dois partidos, dos amigos da Hespanha e dos amigos da França, não cançavam no empenho de fazer triumphar nas relações internacionaes o espirito que os animava. Não só estavam sempre a fazer o recenseamento das suas forças, mas tambem procuravam augmental-as com novos recrutamentos.

O rei contava quarenta e quatro annos de edade. Tinha espirito, comprehendia facilmente os negocios, e fallava com promptidão, respondendo d'improviso a quantas allocuções e propostas lhe dirigiam. Era difuso nas respostas, mas sempre mui civil. Nunca diria a um embaixador uma palavra dura nem secca; pelo contrario, cobril-o-hia de louvores e de signaes de estimação. Quando fallava com os embaixadores de França, entrava sempre pelos louvores e grandezas do rei christianissimo, e pelas grandes obrigações que Portugal lhe devia; mas ordinariamente todas as propostas que os ministros de França lhe faziam não tinham seguimento.

De natural irresoluto, nunca concluia cousa alguma. Recebia os memoriaes que lhe entregavam, ou ao secretario d'estado, mas demorava muito a resposta ao que se lhe pedia, e commummente não queria responder por escripto.

Desejoso de viver com todo o mundo, francezes, hespanhoes, inglezes, hollandezes, succedesse o que succedesse, difficilmente o fariam entrar em guerra contra nenhum estado. Se se confessava agradecido á França, e particularmente ao seu rei, de quem fallava sempre com estima, era porque conhecia talvez, que se alguem lhe movesse guerra não acharia soccorro senão d'aquelle lado; mas se procurava estar bem com a França, evitava quanto podia depender d'ella, ou parecer que dependia. Era mesmo capaz, se ella lhe

desse algum desgosto, de dissimulal-o por não ser obrigado a altercações; mas procuraria occasião de lhe fazer outro tanto, já na pessoa do embaixador, já em qualquer circumstancia que apparecesse.

Estavam então persuadidos que, por maior que fossem o poder e forças de França, nada podiamos receiar d'ella, porque, enfraquecendo-nos, faria mal a si propria, e daria aos hespanhoes occasião de se prevalecerem da nossa fraqueza. Comprehendiamos que era do interesse da França impedir que Portugal tornasse a caír na dominação de Hespanha; e cheios de grandes brios, persuadiamo-nos que se uma vez nos unissemos aos hespanhoes sob um só sceptro, ou mesmo que as duas coroas separadas se dessem mãos para se sustentarem, não haveria potencia que pudesse contra ellas.

O partido hespanhol dizia muitas vezes, que a França não subíra a tão alto gráo de grandeza senão depois que nos tinhamos separado dos hespanhoes. Não temiam tambem que ella se mettesse com a Hespanha: dava-lhes razão a Hespanha não poupando a França, e pelo estado em que estava a Europa não tinham effectivamente a temer cousa alguma d'aquelle lado das fronteiras. Mais facil julgavam da nossa parte uma guerra aos hespanhoes. Havia quem descobrisse n'esta guerra vantagens consideraveis; mas não a queria o rei, que tendo jurado e assignado paz com Hespanha, não se lhe dando motivo, pezava-lhe na consciencia rompel-a; nem o podia Portugal, tão exhausto como estava, principalmente nas finanças, e forças maritimas, que se reduziam a quatro ou cinco navios de guerra. Sobre tudo, não havia guerra possivel da parte d'um rei naturalmente levado a viver em paz.

Pedro II era despido d'ambições, e vivia satisfeito com o que tinha. Mesmo se não fossem, como elle dizia, os interesses da religião e da honra, abandonaria as Indias orientaes, e só ficaria com o Brasil, ilhas dos Açores, e outras sobre a costa d'Africa, porque as Indias custavam muito mais que davam, depois que os hollandezes estavam de posse de todo o seu commercio, e do que n'ellas havia melhor.

Não amavamos os hollandezes, dizendo que eram hereticos; mas a verdade é, que era por nos terem tomado as Indias durante a dominação hespanhola.

Quanto aos inglezes, temiamol-os, e não intendiamos com elles. Sabiamos que podiam quando quizessem ir-nos assolar as ilhas, que eram pouco fortificadas; lembravamo-nos que outr'ora nos tinham fechado o porto de Lisboa, sem que ninguem pudesse entrar n'elle, e que não tinhamos navios para lh'o impedir, nem para lhes resistir.

Pedro II, n'esta epocha, mostrava ter boa saude, e promettia larga vida. Inda que outr'ora padecera pelo seu tracto com mulheres de menos boa vida, fôra bem curado, e agora vivia sobriamente. Não bebia vinho, nem mesmo podia proval-o. Nunca se excedia no comer. Jejuava todos os sabbados do anno, e rigorosamente toda a quaresma, e mesmo ás sextas-feiras, a pão e agua.

Tivera já tres filhos de sua segunda mulher; o primeiro morrera no fim de dezesete dias; os dois outros viviam, e estavam bons. O mais velho tinha o titulo de principe, e estava proximo a concluir tres annos. O segundo tinha o titulo de infante, e tinha quasi um anno. A rainha podia ainda ter mais.

Além d'estes, tinha uma filha bastarda, de treze para quatorze annos, aqui perto, n'um convento de carmelitas, a meia legoa de Lisboa. Tivera-a d'uma criada lavadeira do paço, que depois entrára n'um recolhimento, onde o rei não a viu nunca. Tinha uma irmã bastarda, filha de D. João IV seu pae, que tambem estava no mesmo convento. Nem esta, nem a filha eram religiosas. A irmã tinha quarenta a cincoenta annos, e pouca saude; mas vivia santamente e nunca saía.

Suspeitava-se que esta filha natural de Pedro II nunca casaria, principalmente depois que elle tinha filhos legitimos.

As inclinações do rei eram naturalmente mais hespanholas que francezas. Sua mãe era hespanhola; e em Hespanha tinha muitos parentes, toda a casa de Medina-Sidonia, além do conde de Oropesa, seu primo germano.

A rainha tinha vinte cinco annos. Não tomava a menor parte nos negocios do reino, mas o secretario d'estado levava-lhe todas as semanas os despachos dos nossos agentes diplomaticos, por onde ella podia saber o que se passava na Europa. Nos ultimos annos, depois da morte da infanta, via mui a miudo madama d'Enneval, (partido francez) recebendo-a mui bem. D'aqui tinham concluido alguns, que depois que tinha filhos, era levada pelos seus interesses a desconfiar de Hespanha, e a tombar para o lado da França, que em caso de necessidade a sustentaria. Entretanto, como era irmã da imperatriz, e da rainha de Hespanha, e todos seus irmãos eram do partido do imperador, era difficil comprehender como não fosse do partido peninsular. Todos os que eram do partido de Hespanha lhe faziam a corte.

Como não havia nada com ella, que pouca influencia tinha, o partido francez contentava-se em lhe não dar motivo de queixa, em quanto não tivesse para isso grande razão, procurando sempre entreter com ella boas relações. Só era vista pela corte cinco ou seis vezes por anno; pelo natal, por lhe darem boas festas; no mez de janeiro, quando ia com o rei para o campo; um pouco antes da quaresma, quando voltavam; pela paschoa; a 26 d'abril, dia do anniversario natalicio do rei; no pentecostes; e em 7 d'agosto, dia do seu nascimento; salva alguma outra occasião de se lhe dar boa nova, ou pezames.

O principe D. João completava tres annos no mez d'outubro. Tinha boa saude, e parecia intelligente. Chamavam-lhe o principe sem cauda.

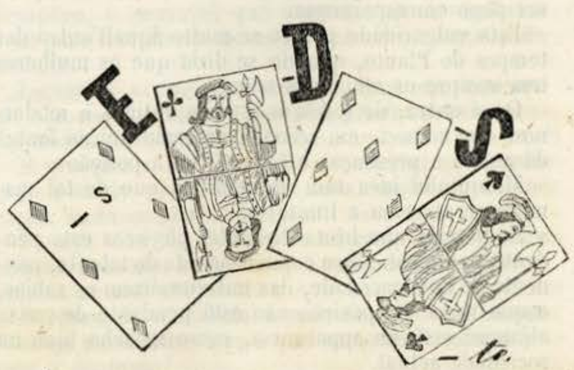
(Continúa.)

JOSÉ DE TORRES.

CHARADA.

Principio e fim tem as botas,
Principio e meio a cozinha;
Fim e meio o breviario,
Meio e fim qualquer folhinha.
O todo é suave,
Mas chamam-lhe forte;
Exprime ternura,
Tristeza, ou transporte.

ENIGMA.



LISBOA — Typographia de Castro & Irmão, Rua da Boa-Vista 4 F.